



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE  
BOMBEIROS MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP**, entidade associativa representativa de classe de âmbito nacional, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural e social, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 23.234.774/0001-82, com Estatuto de Constituição devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil e Títulos e Documentos do Distrito Federal, com sede no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Área Especial A, Bloco F, Sala 608 do Edifício Vision Work & Live – Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Presidente Renilson Santos de Roma, brasileiro, união estável, bombeiro militar, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos incisos XXI e XXXIV, alínea “a”, do art. 5º da Constituição Federal, requerer a intervenção desse egrégio Ministério Público visando a

**IMPUGNAÇÃO DO EDITAL Nº 35/DGP - PMDF, DE 17/11/2016**

nos termos apresentados, submetendo-o a apreciação dos fundamentos delineados, conforme motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



## **I – SÍNTESE FÁTICA**

A Polícia Militar do Distrito Federal publicou o Edital nº 35/DGP - PMDF, de 17 de novembro de 2016, no Diário Oficial do Distrito Federal nº 217, de 18 de novembro de 2016, páginas 79 *usque* 90, o concurso público de admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal – CFOPM.

No item 1.2 das disposições preliminares, a Corporação reservou 50 (cinquenta) vagas destinadas ao cargo pretendido, sendo estas vagas divididas da seguinte forma: 45 (quarenta e cinco) candidatos do sexo masculino e 5 (cinco) candidatas do sexo feminino.

A limitação de vagas para as candidatas do sexo feminino para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal – CFOPM agride o princípio da isonomia e da igualdade.

De forma equivocada, o item 3.2.5 do Edital dispõe que o candidato deverá ter no máximo 30 (trinta) anos de idade até a data da inscrição no concurso. Entretanto, não há previsão legal de limite etário destinada aos candidatos que já são policiais militares do Distrito Federal, pois, ao contrário, a Lei que trata da questão estipula, expressamente, que este requisito, idade, não se aplica aos policiais militares, conforme se demonstrará adiante.

## **II - DA LIMITAÇÃO DE VAGAS POR GÊNERO**

Senhor Procurador, a Polícia Militar do Distrito Federal inseriu cláusulas no Edital nº 35/DGP – PMDF, de 17/11/2016, publicado no DODF nº 217, de 18/11/2016, que afrontam o texto constitucional e a Lei nº 7.289 de 1984, cujos requisitos restringem e impedem a competitividade do certame, além de ferir o princípio da isonomia e da igualdade.



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



A realização do certame com a partição das vagas no formato descrito no edital, ao destinar 45 (quarenta e cinco) vagas para candidatos do sexo masculino e 5 (cinco) vagas para candidatas do sexo feminino, soa como discriminação, pois, embora tenha previsão no art. 4º da Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, afronta diretamente o princípio da isonomia, da equidade, previsto Constituição Federal, conforme consta no item 1.2 (DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES) do Edital nº 35/DGP – PMDF/2016:

***"1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES***

*1.1 O concurso público será regido pelas normas contidas no presente edital e seus anexos e executado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) em conjunto com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).*

*1.2 O presente concurso público destina-se a selecionar 50 (cinquenta) candidatos, da seguinte forma: 45 (quarenta e cinco) candidatos do sexo masculino e 5 (cinco) candidatas do sexo feminino para admissão no 1º (primeiro) ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), destinando-se 3 (três) vezes o número de vagas para formação de cadastro de reserva."*

No caso em tela, o estabelecimento da diferenciação no certame com base no critério de gênero, para realização do concurso destinado ao ingresso no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), demonstra, suficientemente, a sua incompatibilidade com o art. 5º, inciso I, da CRFB/88.

É importante clarificar que as restrições a direitos individuais devem ser estabelecidas por leis que atendam aos requisitos da generalidade e da abstração, evitando, assim, tanto a violação do princípio da igualdade material quanto à possibilidade de que, por meio de leis individuais e concretas, o legislador acabe por editar autênticos atos administrativos.

Assim, há limitação constitucional concernente a proibição de edição de leis restritivas de caráter casuístico ou discriminatório que, assim, infrinjam ao postulado material da igualdade, o qual é indutor de uma incompatibilidade para o estado democrático de direito, qual seja: a impossibilidade de prática de atos discriminatórios ou arbitrários.



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



Nesse esteio, José Joaquim Gomes Canotilho apresenta o entendimento a seguir:

*“As razões materiais desta proibição sintetizam-se da seguinte forma: (a) as leis particulares (individuais e concretas), de natureza restritiva, violam o princípio material da igualdade, discriminado, de forma arbitrária, quanto à imposição de encargos para uns cidadãos em relação aos outros; (b) as leis individuais e concretas restritivas de direitos, liberdades e garantias representam a manipulação da forma da lei pelos órgãos legislativos ao praticarem um ato administrativo individual e concreto sob as vestes legais (os autores discutem a existência, neste caso, de abuso de poder legislativo e violação do princípio da separação de poderes; (c) as leis individuais e concretas não contêm uma normatização dos pressupostos da limitação, expressa de forma previsível e calculável e, por isso, não garantem aos cidadãos nem a proteção da confiança nem alternativas de ação e racionalidade de atuação” (Canotilho, J. J. Gomes. Direito constitucional. 4ª edição. Coimbra, Almedina, 1986, p. 614).*

### **III - DO LIMITADOR DE FAIXA ETÁRIA PARA POLICIAIS**

Outra questão, objeto de questionamento, é o item 3.2.5 do Edital nº 35/DGP – PMDF, de 17 de novembro de 2016, este que, ilegalmente, expressa a limitação etária para participação dos policiais militares no certame, *verbis*:

*"3.2.5 Ter, no máximo, 30 (trinta) anos de idade até a data da inscrição no concurso público, em conformidade com as Decisões Nºs 4657/2010, 2759/2011 e 2001/2016, do Tribunal de Contas do Distrito Federal."*

Em atenção a literalidade da lei, nos termos do artigo 11, § 1º, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, pode ser verificado que não há limitador de idade para aqueles candidatos que já pertençam à Corporação, os policiais militares, como se observa na leitura do dispositivo, abaixo transcrito:

*"Art. 11. Para matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar, além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual e psicológica, altura, sexo, capacidade física, saúde, idoneidade moral, obrigações eleitorais, aprovação em testes toxicológicos e suas obrigações para com o serviço militar, exige-se ainda a apresentação, conforme o edital do concurso, de diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009).*



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



*§ 1º A idade mínima para a matrícula a que se refere o caput deste artigo é de 18 (dezoito) anos, sendo a máxima de 35 (trinta e cinco) anos, para o ingresso nos Quadros que exijam formação superior com titulação específica, e de 30 (trinta) anos nos demais Quadros, **não se aplicando os limites máximos aos policiais militares da ativa da Corporação.** (Redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009)." **(grifo nosso)***

Destarte, urge ressaltar que o requisito exigido no item 3.2.5 para admissão ao curso em tela deve ser impugnado, haja vista a sua clara afronta ao princípio constitucional da legalidade. A Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, repisa-se, excepcionou ao mencionar que não se aplicam os limites máximos aos policiais da ativa da Corporação, que é o caso em questão.

Desse modo, a imposição de limite de idade para matrícula no Curso de Formação de Oficiais da PMDF prevista no Edital nº 35/DGP – PMDF, de 17 de novembro de 2016, aos já policiais militares é ilegal, além de afrontar mandamento consagrado entre os direitos fundamentais contidos na Constituição Federal.

Segundo o professor Hely Lopes Meirelles na obra *Direito Administrativo Brasileiro*, transcrevem-se as seguintes observações:

*"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. MEIRELLES, 35ª edição, Malheiros, 2009: p.89"*

Diante das irregularidades percebidas no Edital, o referido gestor público, ao nosso entender, está descumprindo norma federal, bem como atenta, em tese, contra os princípios norteadores da Administração Pública, estabelecidos no art. 37 da CRFB/88 e na Lei nº 9.784/1999, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.834/2001.

Diante do exposto, é patente que os atos perpetrados pela PMDF afronta a CF/88 e o Estatuto da PMDF, atenta, portanto, contra os princípios norteadores da Administração Pública, necessitando de intervenção desse *Parquet*.



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



**IV - DA NECESSIDADE DE RECOMENDAÇÃO OU OUTRA MEDIDA  
NECESSÁRIA À GARANTIA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS,  
INCLUSIVE O PEDIDO CAUTELAR**

Não é demais trazer a baila que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por sua Procuradora Distrital dos direitos do cidadão, no exercício de suas funções institucionais de que tratam os artigos 127 e 129, incisos II e III, da Carta da República, e especialmente os artigos 6º, incisos XIV e XX, e 151, ambos da Lei Complementar n.º75, de 20 de maio de 1993, esta que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, tem, entre as suas atribuições a competência de expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover.

Embora o art. 4º da Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, que altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, estabeleça o percentual de dez por cento como o efetivo máximo de policiais militares femininos em cada quadro, entendemos a necessidade do sopesamento, vez que a lei mitiga direito consagrado no seio da Constituição Federal de 1988, qual seja, o da equidade.

Destaca considerar que a aparência do bom direito se encontra devidamente demonstrada. Os fundamentos constitucionais e legais invocados revelam a plausibilidade da tese sustentada. Do mesmo modo, cumpre assinalar que o aspecto da urgência – *periculum in mora* – encontra-se presente, pois a abertura das inscrições para concorrer no certame, conforme o edital, já iniciou em 18 de dezembro de 2016, conforme se observa o item 4 do edital, abaixo transcrito:

**"4 DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO**

**(...)**

**4.2 As inscrições deverão ser feitas exclusivamente via internet no endereço eletrônico <<http://www.iades.com.br>> no período entre 8 (oito) horas do dia 18 de dezembro de 2016 e 22 (vinte e duas) horas do dia 8 de fevereiro de 2017."**





**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS  
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP  
CONSELHO EXECUTIVO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CONER DF  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICO-LEGISLATIVOS - DEJUR**



Não poderia, em nenhuma hipótese, a PMDF suspender o direito das Praças da Corporação de participarem do certame para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, desconsiderando a letra da lei, qual seja, o contido no artigo 11 da Lei nº 7.289 de 1984.

Ao perpetrá-lo, tem-se clara ofensa ao texto legal e, de modo grave, em detrimento das praças da PMDF, acarretando prejuízos ao direito dos milicianos prejudicados, impossibilitados de se inscreverem no certame, mesmo com a determinação legal prevista no Estatuto da Corporação, o que pode ensejar, por esse *parquet* ou perante o judiciário, medida cautelar *inaudita altera pars*.

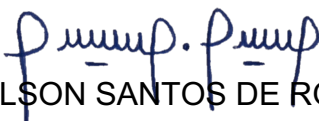
#### **V - DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, vem a presença de Vossa Excelência REQUERER a intervenção desse egrégio Ministério Público, para determinar a PMDF que:

- a) exclua a limitação de vagas por sexo, por ser ato discriminatório e ofensivo ao princípio constitucional da igualdade; e
- b) retifique imediatamente o edital, visando atender a determinação legal e garantir o direito das Praças se inscreverem no certame, INDEPENDENTEMENTE de idade.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2017.

  
RENILSON SANTOS DE ROMA  
Presidente do CONER-DF/FONAP